



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

1 ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS 2 HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN, ANO 3 DE 2025.

4 Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco às 9h00, realizou-se a 1ª
5 Reunião Extraordinária do CBH-LN do ano de 2025, no modo virtual, plataforma Google Meet
6 (<https://meet.google.com/ufk-tqxd-xrr>). para deliberar sobre a seguinte pauta: **1. Análise do**
7 **Relatório Executivo do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte;**
8 **2. Discussão; 3. Deliberação.** Após a verificação de quórum, o Sr. Natanael Leal (Presidente do
9 CBH-LN), declarou aberta a reunião, agradeceu aos presentes e passou para a Sra. Mirella Leôncio
10 Motta e Costa (2ª Secretária do CBH-LN) para continuar com a pauta. A Sra. Mirella (2ª Secretária
11 do CBH-LN) explicou que esta convocação tem como objetivo a análise do Relatório Executivo do
12 Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte. Uma vez que recentemente
13 foi realizada uma reunião ordinária do CBH-LN ainda neste mês e ficou muito em cima para
14 convocar outra reunião presencial, além do que estão acontecendo as plenárias do Processo
15 Eleitoral, a alternativa foi convocar de maneira remota. O relatório do Relatório Executivo do Plano
16 de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte foi enviado por e-mail, esse
17 relatório é a síntese de todos os outros relatórios que foram elaborados pela a empresa Água e Solo.
18 É importante observar que essa etapa é obrigatória passar pelo Comitê porque é o Comitê que aprova
19 o Plano de Bacia, não é o CERH que aprova o Plano das Bacias. O Plano Estadual é aprovado pelo
20 CERH mais o Plano da Bacia é aprovado pelo seu próprio Comitê, por isso que é muito importante
21 essa etapa acontecer no âmbito do Comitê do Litoral Norte e da mesma forma vai acontecer no
22 âmbito do Comitê do Litoral Sul. É preciso seguir o rito da Lei 9433/97 que indica que quem aprova
23 o Plano é o Comitê da Bacia. Espera que os membros possam entrar ao longo da reunião e podem
24 já ir anotando considerações ao longo da apresentação da Água e Solo para possível discussão. A
25 Sra. Mirella informou que será enviado o Link para inscrição do XIII Encontro Estadual de Comitês
26 de Bacias Hidrográficas que vai acontecer no dia 05/05/2025. O Sr. Beranger Arnaldo Araújo,
27 (Diretor de Operações e Monitoramento dos Recursos Hídricos da AESA), fiscal do contrato
28 de elaboração do Plano de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas desejou boa reunião a todos
29 e passou-se ao item **1. Análise do Relatório Executivo do Plano de Recursos Hídricos das Bacias**
30 **Hidrográficas do Litoral Norte.** Passando a palavra para o Sr. Fernando Meirelles (Empresa
31 Água e Solo) que apresentou o Relatório Executivo Fase Final – RF01 – Litoral Norte: Linha do
32 tempo; Objetivo do Relatório Executivo; Construção do Plano: Diagnostico, Prognóstico, Cenário
33 e Plano de Ações – Ações Emergenciais; Ouvindo o CBH; Duas oficinas de planejamento;
34 Organização dos problemas; Cenários; Organização do Plano (Eixo A – Segurança hídrica; Eixo B
35 – Sustentabilidade Ambiental; Eixo C – Gestão Integrada; Eixo D – Sustentabilidade Institucional;
36 Ações transversais; Principais atores; Custo total das ações; Fontes de recursos; Conclusões: O
37 Plano atende às demandas do CBH-LN e às necessidades das bacias litorâneas conforme diagnóstico
38 e prognóstico; A necessidade de atuação de diferentes atores exige uma pactuação para definição de
39 papéis e responsabilidades, o que deve ser realizado junto com o MOP; Os valores das ações
40 consideraram inclusive custos internos da AESA, identificando os profissionais necessários; A
41 AESA e o CBHLN têm papel fundamental na implantação do PRH. A Sra. Mirella agradeceu a
42 Água e Solo na pessoa do Sr. Meirelles pela apresentação. Lembrou que o Comitê está no momento
43 do Processo Eleitoral para renovar essas forças de mobilização do Comitê. Deu um tempo para o
44 registro no Chat dos membros e passou ao momento das discussões que é muito importante seja
45 opinião positiva ou negativa em relação ao processo e ao relatório apresentado. O Sr. Alfredo



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

46 **Nogueira (Representante da ASPLAN)** solicita a correção no texto do Relatório ao invés de
47 Litoral Sul colocar Litoral Norte e coloca uma dúvida sobre o aporte que a AESA não dará em
48 relação a recuperação das nascentes, porque a AESA não aparece como quem poderá aplicar
49 recursos para recuperação de nascentes, é uma tabela que diz aporta, não aporta. O **Sr. Meirelles**
50 disse que é uma falha (vai fazer a correção). O recurso é da AESA, o Comitê de Bacia foi muito
51 enfático na cobrança das nascentes (vai fazer essa correção). O Comitê vai ter um recurso para fazer
52 esse trabalho. A **Sra. Mirella** disse que a tabela fala que a AESA não aporta, SUDEMA, Secretaria
53 e SEMAS aportam. A AESA deveria aportar já que ela é responsável pelo FERH. O Comitê aporta
54 recurso da cobrança e é a AESA quem gerencia, mas é o Comitê que define a alocação, ou seja, faz
55 a identificação da nascente. A questão dos Proprietários Rurais que o **Sr. Alfredo** se refere é que o
56 maior custo foi devido a condição precária do saneamento rural na bacia, quando se faz a alocação
57 para substituição de fossa séptica rudimentar com sistema proposto pela EMBRAPA, o valor por
58 setor rural ficou maior que o restante, pegando todas as propriedades identificadas pelo censo o
59 grande passivo do tratamento de esgoto ficou no meio rural, quem vai trabalhar mais são os
60 produtores rurais, é só questão de manejo. Na tabela de orçamento ficaram o sindicato, associação
61 e produtores rurais com essa fonte de recurso. Programas estaduais foram citados como uma
62 possibilidade, ainda vai precisar de mais recursos para fazer essa alocação. É uma rede muito
63 pequena de qualidade de água, o impacto desse tratamento de esgoto não se sabe se foi feita uma
64 modelagem, a princípio tem uma situação importante para resolver mas pode ser que no
65 monitoramento da qualidade de água se mostre que algumas bacias podem ficar com tratamento
66 sem o monitoramento, a informação é essa o Comitê tem um déficit de saneamento rural muito
67 grande e tem que ser tratado, o maior custo é o de programa de poluição rural difuso. Os sindicatos,
68 associações e os produtores de cana, dá para colocar em um único grupo de alocação de recurso. A
69 **Sra. Mirella** pergunta se isso já era a resposta da pergunta do **Sr. Alfredo**: teve um slide na
70 apresentação que mostrou que tem a AESA como principal; já em outro slide mais à frente o
71 principal contribuinte em dinheiro serão os sindicatos e associações, como assim? **Sr. Meirelles**
72 disse que a AESA pegou a maior parte das ações mas o maior custo é a ação da poluição rural difusa,
73 que ficou como o maior contribuinte o setor rural, é uma ação que deve ser pactuada, de repente o
74 governo do estado consegue outra fonte de orçamento para fazer o saneamento rural. A **Sra. Maria**
75 **Adriana Mágero (1ª Secretária do CBH-LN)** pergunta em relação a participação da sociedade na
76 construção do Plano a mesma participou na audiência pública em Mamanguape e gostaria de saber
77 quais as situações mais impactantes que foram consideradas no Plano? e com relação à voçoroca foi
78 apresentado que foi o primeiro ponto que começaram um plano de fato e realmente é um problema
79 enfrentado pelo CBH-LN, se existe alternativa, como foram colocadas no Plano porque ainda é algo
80 de muita discussão no Comitê. O **Sr. Meirelles** respondeu que com relação à voçoroca as primeiras
81 apresentações foram as alternativas tecnológicas para solucionar a voçoroca em terra indígena, foi
82 feita uma questão de redução da velocidade da água para chegar na voçoroca, além da questão de
83 trincheira e infiltração ao longo da drenagem. São duas voçorocas, uma está mais avançada a outra
84 em processo de crescimento, para as duas foram feitos os cálculos das trincheiras, volume e
85 armazenamento de água na trincheira e depois uma recuperação natural ao longo do tempo. Foram
86 feitas propostas de várias paliçadas para que o sedimento fosse se acomodando ao longo dessas
87 voçorocas. Com relação à primeira pergunta da **Sra. Maria Adriana** a participação da sociedade
88 na construção do Plano, as ações foram apontadas pela sociedade na audiência pública de
89 Mamanguape foram levadas em consideração. O **Sr. Meirelles** disse que sim, que estavam
90 verificando exatamente, no momento, se elas constavam no Plano. A **Sra. Mirella** disse que
91 acompanhou esse trabalho da Água e Solo como representante do Grupo de Acompanhamento,



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

92 juntamente com Adriana e Lucivânia, acompanhou durante um tempo, já conhece esse texto, já
93 revisou algumas vezes no início desse Relatório Executivo que faz uma apresentação. Ressaltou que
94 é importante no item 2 – Considerações Gerais – o nome do Comitê está no Singular, o nome do
95 Comitê é das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte, na 1ª linha está correta e na 5ª linha está errada,
96 verificar nos demais textos se está correto ou não. A sigla também tem o hífen CBH-LN, ajustar em
97 todo o texto, na parte que fala dos custos é citado o custo do Procomitês. A **Sra. Mirella** acha que
98 não deve entrar porque não vai mais existir vai ser absorvido pelo Progestão, não deve ser
99 considerado como custeado 1,7% (pág. 110), esse custo deve entrar para o Progestão. Com relação
100 à questão que o Sr. Alfredo citou, a estratégia seria trabalhar uma forma de proporcional ao
101 saneamento rural através dos sindicatos e associações utilizando essa forma de participação,
102 cooperativismo para se conseguir chegar ao produtor rural ou deixar a cargo da FUNASA, com o
103 Plano estadual de saneamento básico e sugere que seja citada sua relação com o saneamento rural,
104 na área de atuação do CBH-LN. O **Sr. Meirelles** disse que não citou o Procomitês porque acha que
105 não deve ser colocado, mas se o Comitê quer pode colocar Progestão/Procomitês é muito arriscado
106 colocar. A **Sra. Mirella** disse que é interessante deixar o Progestão porque cria essa relação que o
107 Progestão também tem que investir nessas ações da Bacia, para criar uma vinculação, mesmo que
108 não seja um recurso certo como o de cobrança mais cria uma responsabilidade para o órgão gestor
109 que é inclusive a Secretaria Executiva que é a agência dos Comitês. O **Sr. Givaldo (representante**
110 **Municipal de Alagoa Nova)** referindo-se ao Plano Estadual de saneamento básico, participou de
111 reunião em João Pessoa com a presença de Deusdete Queiroga, o Ministério Público, CAGEPA e
112 demais autoridades, o que foi tratado que muitos municípios estavam praticamente inadimplentes
113 com relação ao prazo, o próprio Ministério Público ficou numa situação difícil e juntamente com o
114 Governador entraram em consenso. Foi disponibilizada uma verba bastante elevada e foi contratada
115 uma empresa da Bahia para fazer o georreferenciamento desses municípios que se encontravam
116 nessa situação para tratar dessa questão do saneamento básico, foi dado o aval à CAGEPA (empresa
117 a qual vai ficar à frente para tratar desse assunto) e não se obteve mais informação sobre o
118 andamento do assunto. Muitos municípios conseguiram fazer o tratamento do esgoto, mas a maioria
119 não conseguiu. Foi dada uma segunda opção à CAGEPA, que ficaria a frente com recurso bem
120 volumoso. A **Sra. Mirella** disse que isso é bem demorado para coletar os dados. Esse Plano está em
121 fase de finalização e demorou quatro anos. Perguntou se teria membro da CAGEPA na sala virtual
122 que pudesse dar alguma informação com relação a esse planejamento de saneamento rural. A **Sra.**
123 **Dilvany** disse que não tinha essa informação, mas iria se informar e depois passaria para o Grupo.
124 Na Semana da Água que aconteceu no IFPB em João Pessoa foi destacado que são parecidos (os
125 Planos de Água e Esgoto que a CAGEPA e o Governo do Estado estão fazendo) e o (Plano Estadual
126 de Recursos Hídricos) porque são documentos muito parecidos, pois possuem muitas interfaces,
127 todos tratam de água: um trata de recursos hídricos de maneira geral, outro para abastecimento.
128 Cada vez mais as políticas públicas estão se interconectando, essa integração sistêmica no âmbito
129 da Bacia é muito boa. Mas precisa entender o que é a competência de cada Plano de cada instituição
130 de cada órgão nesse contexto, se Dilvany puder procurar essa informação será divulgada com os
131 membros. O **Sr. Alfredo** referindo-se aos R\$ 85.000,000,00 (oitenta e cinco milhões) destacou que
132 quando se coloca um valor se cria uma responsabilidade por setor porque vai aparecer no Plano,
133 independente de ser o Comitê a fazer a ação ou não. Quando se fala de saneamento básico como foi
134 citado pela **Sra. Mirella**, no Plano vai aparecer para o saneamento básico, está dentro dos oitenta
135 e cinco milhões que é responsável: Associações e Sindicatos. Para o Saneamento Básico está sendo
136 feito um Plano específico para isso e não foi citado. Se não foi citado, como é colocado um valor e
137 dentro desse valor diz que é sindicatos e associações que são responsáveis por isso, cria-se uma



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

138 responsabilidade; com relação as nascentes, não teve aporte da AESA, isso é uma solicitação do
139 Comitê independente do Plano. Esse item recuperação de nascente não ia nem existir foi uma
140 solicitação do Comitê e foi obrigado a colocar, isso é um problema de Estado que está fazendo Plano
141 e não foi citado. A **Sra. Mirella** perguntou ao Sr. Meirelles qual seria a forma de se colocar e qual
142 seria esse ator, porque coloca sindicatos e associações de produtores rurais e como o Sr. **Alfredo**
143 falou, tem razão, é um problema de Estado que está tentando solucionar para atingir aqueles
144 indicadores do Marco Legal do Saneamento. O **Sr. Meirelles** disse que o Plano está sendo
145 executado, ele não existe, está sendo executado, o que existe é o Plano Estadual de Resíduos Sólidos.
146 É só citar que está sendo executado. Quanto às associações e sindicatos, entende-se que eles não
147 têm um papel de divulgação na necessidade de o produtor fazer isso, não são associações e para
148 colocar R\$ 85.000,000,00, como foi dito cria responsabilidade. Para o Comitê de Bacia é uma
149 questão de fiscalização e cobrança, pode colocar como um déficit de saneamento ambiental que
150 alguém vai ter que cobrir em algum momento. A **Sra. Mirella** disse que inclusive o saneamento
151 rural é responsabilidade dos Municípios, então eles deveriam aparecer no gráfico. O **Sr. Meirelles**
152 disse que eles são extremamente deficitários, em vários Planos municipais estão muito atrasados
153 como citou o Sr. Givaldo existe um déficit e tem que ser feita alguma coisa, um valor existe pelo
154 dado censitário de 2022, uma deficiência muito grande no saneamento rural. A **Sra. Mirella**
155 perguntou como ficaria no gráfico e que mesmo que os municípios sejam pequenos a
156 responsabilidade é deles. Esse gráfico tem que entrar de alguma forma como Poder Público
157 Municipal/população rural difusa, ou algo assim. O **Sr. Meirelles** disse que isso é uma decisão a ser
158 tomada na primeira atualização do Plano, porque vai ter dados, hoje os Comitês não tem dados. Os
159 dados que o Comitê tem de quantidade e qualidade da água é muito pouco. Como é que está a Bacia
160 do Litoral Norte, os dados como é que foi feito o Plano, o que é a realidade, não se sabe. Quando
161 tiver a rede de monitoramento funcionando pode ser entendido qual a é a necessidade e urgência. A
162 **Sra. Mirella e o Sr. Alfredo** entendem que deve constar a responsabilidade da Prefeitura porque o
163 gestor Municipal pode entender que como não consta a responsabilidade não vai cumprir. O **Sr.**
164 **Meirelles** disse que o resultado dos R\$ 85.000.000,00 foi colocado no RP05 e RP07 para cada tipo
165 de tratamento rural foi colocado a ação tecnológica adequadamente, tem orçamento para cada uma
166 das ações. O **Sr. Alfredo** perguntou porque foi colocado como responsabilidade dos Sindicatos e
167 associações. O **Sr. Meirelles** disse que não, a questão da organização da Planilha de fazer o custo
168 foi colocado Associações, Sindicatos e Produtores Rurais como única linha de colocação e pediu
169 que associações e sindicatos fizessem divulgação das necessidades de saneamento da propriedade,
170 a prefeitura tem que entrar na propriedade e fazer o saneamento. O **Sr. Alfredo** disse que deve
171 colocar do jeito certo que é para ser feito não quer que as associações e os sindicatos sejam os
172 principais atores disso. O **Sr. Givaldo** disse que o Presidente da CAGEPA juntamente com o
173 Ministério Público na reunião que aconteceu no Ministério Público, todos os municípios tinham que
174 dar anuência para que a CAGEPA estivesse a frente, foi disponibilizado através do Governo do
175 Estado R\$ 15.000,000,00 sendo R\$ 3.000.000,00 ficou para uma empresa da Bahia que vai fazer
176 todo o georreferenciamento desses Municípios que necessitam dessa infraestrutura de saneamento.
177 Os Municípios alegaram que não tinham condições porque um projeto de saneamento é muito
178 dinheiro e os Municípios não tinham como arcar com essas despesas e o Ministério Público tinha
179 estipulado um prazo para que todos os Municípios apresentassem na data “X” a conclusão. Quando
180 chegaram a um denominador comum viram que a maioria dos Municípios não cumpriram o prazo,
181 então entraram em um acordo com o Governo e a CAGEPA. Então essas informações poderiam ser
182 obtidas diretamente com a CAGEPA, e o recurso já foi disponibilizado. A **Sra. Mirella** sugere como
183 Encaminhamento a empresa Água e Solo verificar uma forma de melhorar esse gráfico, o Sr.



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

184 **Lawson** falou para colocar os Municípios como responsável pelo saneamento rural, caso a sucessão
185 da ideia citar a execução atual e a **Sra. Mirella** acrescentou que é importante fazer a alteração no
186 gráfico, no texto dá para colocar, mas manter esses R\$ 85.000,000,00 no gráfico, cria uma
187 responsabilidade bem grande. **A Sra. Mirella** solicitou à **Sra. Larissa Freitas Farias (Subgerente**
188 **de Planos da AESA)**, para fazer uma atualização dessa gerência, como ficou a entrada dela nesse
189 Processo. **A Sra. Larissa** disse que está se apropriando das informações, não faz parte do grupo
190 técnico de apoio, porque a gerência foi criada após a elaboração do Plano e estão se apropriando das
191 informações e do Plano de Recursos Hídricos das Bacias. **A Sra. Mirella** perguntou se esses
192 encaminhamentos vão ser enviados e se já vai ter essa atualização para a reunião da CTGI ou vão
193 analisar esse mesmo documento? **O Sr. Meirelles** disse que para a Câmara Técnica é o mesmo, vai
194 fazer as alterações antes para poder ir para o CERH. **A Sra. Mirella** passou ao momento de
195 deliberação e colocou no chat para a proposta de deliberação/aprovação com alterações solicitadas
196 em reunião. **O Sr. Beranger** referiu-se à colocação bem feita que a **Sra. Mirella** fez sobre o
197 Procomitês que não existe mais. Era um recurso para promover o aprimoramento dos Comitês de
198 Bacias sobre adesão voluntária. O Progestão em 2026 não deve existir mais, a ANA – Agência
199 Nacional de Águas e Saneamento Básico está sem recurso, o Progestão era um incentivo financeiro
200 que a ANA dava aos sistemas estaduais para aplicar exclusivamente em ações de fortalecimento
201 institucional em gerenciamento de recursos hídricos. A Paraíba (AESAs) foi um dos Estados que
202 soube utilizar esse recurso fazendo um sistema completo informatizado e fazendo sistema de
203 outorga muito interessante que a AESA tem, comprou equipamento de medição de vazão e
204 batimetria, cumprindo essa exclusividade para o fortalecimento do gerenciamento. A ANA está tão
205 sem dinheiro que vai encerrar uma ajuda que dava aos agricultores que vaziam a medição dos
206 açudes, no total de 128, cada um recebia da ANA direto R\$ 400,00 (quatrocentos reais) isso não vai
207 existir mais, não adianta insistir muito com Procomitês e Progestão que no próximo ano não irão
208 existir mais. A AESA é agência de gestão de água e tem feito algumas parcerias com a Secretaria e
209 está trabalhando nascentes no Litoral Sul. No código florestal tem dizendo muito enfático que quem
210 vai recuperar as nascentes e as APAS são os proprietários e nem por isso não está vendo essa
211 realização porque os agricultores estão descapitalizados. No Litoral Sul e Norte dá para se ter ideia,
212 a monocultura da cana de açúcar predomina, antes tinha muita pecuária, abacaxi, hoje é só a cana
213 de açúcar e nem por isso está sendo cumprida uma Lei Federal, mas vamos fazer dentro da nossa
214 competência de fazer gestão de água, aplicando um pouco de cobrança que se tem, graças ao uso de
215 água pela CAGEPA em Campina Grande, porque já se recebeu a delegação da ANA para fazer a
216 cobrança. Em Campina Grande a AESA faz a cobrança e em João Pessoa também, é esse o recurso
217 que a AESA trabalha para aquelas bacias deficitárias, não se pode fazer tudo, um Plano é
218 multidisciplinar que tem vários órgãos que poderão contribuir. Uma grande articulação que a AESA
219 tem sobretudo são os Comitês, grandes parceiros, além disso trabalhar com outros parceiros, para
220 tentar acompanhar e implementar esse Plano que é do interesse da AESA, não se pode fazer tudo
221 que está no Plano com dinheiro de cobrança porque jamais vai ter condição, mas será feito o
222 possível. **O Sr. Beranger** disse para o **Sr. Meirelles** que o solicitado pela **Sra. Mirella** nessas
223 informações que o Comitê está colocando quando esse documento for enviado para a AESA, ela
224 envia para a CTGI e é interesse da instância superior de recursos hídricos, porque a partir da
225 aprovação no CERH é que há a possibilidade de fazer um projeto de lei para ser apreciado pela a
226 Assembleia Legislativa o que facilitará até a aplicação de recursos por outros órgãos. Voltando a
227 votação da **deliberação/aprovação da proposta com as alterações solicitadas em reunião foi**
228 **aprovada por todos os presentes na sala virtual.** **A Sra. Maria Adriana Mágero** perguntou o
229 procedimento desse documento depois dessa aprovação, vai passar pelo CERH e seria interessante



**COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL
NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN**

230 o Comitê obter o *feedback* e quais as propostas colocadas na reunião do CERH. A **Sra. Mirella**
 231 desse que é membro do CERH e deixará o Comitê informado sobre essas alterações, provavelmente
 232 a mesma vai receber para análise e, conseqüentemente, manterá o Comitê informado. Lembrando
 233 que amanhã dia 23/04/2025 tem a Plenária do seguimento Usuário de Água, na Câmara Municipal
 234 em Mamanguape e dia 24/04/2025, em Bananeiras, terão as Plenárias do seguimento Sociedade
 235 Civil e Poder público Municipal. Nada mais a tratar o Presidente encerrou a reunião e eu **Mirella**
 236 **Leôncio Motta e Costa (2ª Secretária do CBH-LN)** lavrei a presente ATA que depois de lida e
 237 aprovada será assinada por mim e acompanhada da lista com o nome dos presentes.
 238

Carimbo de data/hora	Endereço de e-mail	Nome completo:	Instituição:	Categoria:
22/04/2025 08:58:16	sgla@cagepa.pb.gov.br	DILVANY BATISTA MARCOS	CAGEPA	Membro do CBH-LN
22/04/2025 09:03:10	givaldoserafim0@gmail.com	Givaldo Serafim Soares	Prefeitura Municipal de Alagoa Nova	Membro do CBH-LN
22/04/2025 09:03:20	mirella.costa@ifpb.edu.br	Mirella Leôncio Motta e Costa	IFPB	Membro do CBH-LN
22/04/2025 09:30:21	comitesnasescolas@comitesparaiba.com.br	Natanael Leal da Silva	Fazenda Santa Terezinha	Membro do CBH-LN
22/04/2025 09:33:34	alfredo@asplanpb.com.br	Alfredo Nogueira da Silva Neto	ASPLAN-PB	Membro do CBH-LN
22/04/2025 09:33:46	drickadefreitas@gmail.com	Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro	ABRHIDRO	Membro do CBH-LN
22/04/2025 09:34:15	andre.francisco@guaraves.com.br	André Francisco da Silva Souza	Guaraves Guarabira Aves LTDA	Membro do CBH-LN
22/04/2025 09:34:43	tatiane.martins@guaraves.com.br	Tatiane Martins Bezerra da Silva	Guaraves	Não-membro
22/04/2025 09:35:19	larissa@aesa.pb.gov.br	Larissa Freitas Farias	AESA	Não-membro
22/04/2025 09:35:54	beranger.araujo@gmail.com	Beranger A Araújo	AESA	Não-membro
22/04/2025 09:36:34	sabrina.vivian@estudante.ufcg.edu.br	Sabrina Vívian Guimarães Barros	UFCG	Não-membro



**COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL
NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN**

22/04/2025 09:39:09	gibranfn@gmail.com	Gibran Feitosa Nogueira	Prefeitura Municipal de Mamanguapé	Membro do CBH-LN
22/04/2025 10:09:25	souza.mayara@academico.ifpb.edu.br	Mayara Alexandre de Souza	IFPB	Não-membro
22/04/2025 10:10:04	jaquelineaureliano8372@gmail.com	Jaqueline Aureliano da Silva	Instituto Federal da Paraíba	Não-membro
22/04/2025 10:20:58	moreirasanae@gmail.com	Francisco Sanae Antunes Moreira	FUNAI	Membro do CBH-LN
22/04/2025 10:54:43	comitesnasescolas@comitesparaiba.com.br	Francisco José de Brito Sousa	AESA	Membro do CBH-LN

239

240
241 Mirella Leôncio Motta e Costa
242 2ª Secretaria do CBH-LN
243